

ATA Nº 02 DE 2026 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2026

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, reuniram-se na sala 26, Bloco C da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR sito a Rua Comendador Correia Júnior, 117 – Centro Paranaguá, CEP 83.203-560, para a segunda Reunião Ordinária com as seguintes representações: 1. Representante na área do Ensino Fundamental Anos Iniciais: TITULAR - Ivanilde Tavares Gomes; 2. Representante na área da Educação Especial: SUPLENTE – Josiane Ribeiro; 3. Representante na área do Ensino Integral: SUPLENTE – Libania Matias da Silva; 4. Representante do Ensino Superior: TITULAR – Mary Sylvia Miguel Falcão, 5. Representante de Pais da Rede Municipal de Ensino: TITULAR – Leandro Gonçalves Mendes, SUPLENTE - Caroline Lobo Santos de Queiroz; 6. Representante da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral: TITULAR - Ewelín Jamile Alexandre Teodoro dos Santos, SUPLENTE – Lorena Jacinto Vanhoni; 7. Representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil-MIEIB: SUPLENTE – Sueli Alves Rodrigues Geara; 8. Representante dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino: TITULAR – Andréa Ceccon Ribeiro. AUSÊNCIAS: Aze Pereira Martins Coelho; Erica Emanuele Pereira Viana, Fabiana Ribeiro da Silva Ramos, Michelly Zela Antônio, Mirian da Silva Ferreira Alves; Neuza Antunes dos Santos, Vanilza Gonçalves do Rosário, Wilma Cordeiro Gomes. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Adriana Paula Chaves Miquilini; Adriane Carvalho dos Santos; Irma Alessandra Chediack Correa, Danielle Marafon, Francimara Porfírio da Silva, Juliana Constantino Gabriel Pereira; Laís Miranda Cuch, Mara Zilda Machado do Rozário, Maria Janete Santiago, Marcilene de Oliveira Silva, Hugo Alberto Perlin. Contamos também com as seguintes participações: a Vereadora Tenile

27 Xavier acompanhada de Arthur Lima da Silva Prestes Caxambu, a Senhora  
28 Cristiane Frogel P.S. Mocelin da Secretaria Municipal de Educação e Ensino  
29 Integral. Pauta: 1. Aprovação da primeira ata do corrente ano; 2. Feedback do  
30 primeiro Encontro do GT da Educação Infantil; 3. Cronograma de vistorias  
31 para o mês de maio; 4. Repasse da reunião entre a Presidência do COMED  
32 com o Secretário Municipal de Educação, Professor Thiago Casas do  
33 Nascimento, na data de trinta de março. A reunião iniciou com a aprovação da  
34 Ata da reunião anterior, a qual todos receberam com antecedência e foi  
35 aprovada por todos. Em seguida, a discussão sobre o feedback do primeiro  
36 encontro do Grupo de Trabalho (GT) da Educação Infantil, abordagem de  
37 Deliberações pendentes, revisão do cronograma de vistorias e relato dos  
38 pontos discutidos em uma reunião anterior com o Secretário de Educação.  
39 Os principais resultados incluíram o encaminhamento de diversas pautas e a  
40 identificação de próximos passos para questões como o Plano Municipal de  
41 Educação e a atualização de regulamentos. Feedback do primeiro Encontro  
42 da Educação Infantil. As concepções de infância e criança foram discutidas,  
43 e as contribuições dos participantes foram consideradas muito boas. A  
44 proposta inicial de encontros quinzenais foi alterada para encontros  
45 semanais por solicitação dos participantes, que consideraram a demanda  
46 muito grande para o tempo disponível. Houve um desvirtuamento da  
47 discussão para o tema da hora atividade docente devido à falta de instrução  
48 para uma Deliberação já existente. O próximo encontro abordará brevemente  
49 as dimensões de um documento base e proporá um diagnóstico municipal  
50 em grupos, com base na realidade e em dimensões como Gestão  
51 Democrática. Foi esclarecido que o quantitativo de crianças por professor no  
52 município está dentro do mínimo nacional, com exceção de um item

53 específico. A questão das crianças imigrantes (haitianos, colombianos,  
54 venezuelanos) foi levantada, destacando a necessidade de uma deliberação  
55 específica, a falta de professores bilíngues e o desafio da língua materna em  
56 casa. A grande quantidade de participantes (mais de 25 pessoas) gerou  
57 preocupação, pois embora demonstre interesse, pode dificultar o foco na  
58 construção da legislação. - A participação no GT foi formalizada via ofício  
59 para compor agrupamentos e segmentos, e um GT posterior será criado para  
60 engajar mais pessoas da rede. Outras Deliberações Pendentes: a deliberação  
61 da Educação do Campo foi identificada como a próxima prioridade. A  
62 Deliberação sobre processos e credenciamento, que não consta no  
63 documento precisa ser atualizada, pois o Estado está exigindo o  
64 credenciamento, que não consta no documento atual, e há dúvidas sobre o  
65 tempo de validade. Ana e Ewelín farão uma discussão técnica sobre o tema. A  
66 Deliberação da Educação do Campo deverá incluir calendário próprio e  
67 dialogar com outras deliberações, como a da Educação Especial.  
68 Cronograma de Vistorias para o mês de maio: a preocupação com as  
69 vistorias em escolas do campo, sinalizada desde o ano passado, será  
70 atendida com datas definidas para maio: dias 7, 14 e 21. As vistorias  
71 começarão pela Ilha do Mel, seguindo para Eufrasina, Ilha Rasa e São Miguel,  
72 cobrindo todas as escolas das Ilhas. As vistorias nas Colônias foram  
73 realizadas no ano passado, focando nas urgências. Vistorias em escolas  
74 particulares são necessárias para atualização e renovação de autorização de  
75 funcionamento. Serão solicitados os dias de disponibilidade dos  
76 Conselheiros para montar o cronograma. Foram recebidas denúncias de  
77 funcionamento irregular de espaços de Educação Infantil: o Espaço Girassol  
78 está funcionando sem autorização, com fotos de crianças publicadas, e foi

79 solicitada vistoria urgente. O Espaço Tia Bianca, na Costeira, também teve  
80 vistoria urgente solicitada. O Espaço Meu Crescer, no Jardim Iguazú, também  
81 está na lista para vistorias. Sobre a reunião com o Secretário de Educação,  
82 foram abordados 23 itens: agenda do Conselho - o acesso e a regularização  
83 das agendas do conselho melhoraram; vistorias - as vistorias nas ilhas e em  
84 escolas particulares já estão encaminhadas; GT Educação Infantil - já está  
85 encaminhado; GT Imigrantes - será colocado em sequência; eleições - o  
86 secretário foi alertado sobre o impacto das eleições no trabalho dos  
87 conselheiros; Palácio do Café - o secretário, que pretendia devolver a sala, já  
88 que o custo mensal do condomínio é de R\$1.700,00, foi convencido a mantê-  
89 la para a Casa dos Conselhos, reconhecendo a necessidade de autonomia  
90 dos Conselhos Municipais. Ele se comprometeu a incluir a reforma no  
91 cronograma, após obras em duas escolas; reformulação do Regimento  
92 Interno do Conselho - prevista para agosto, com o objetivo de torná-lo mais  
93 participativo e proativo, incluindo práticas já realizadas e condições de  
94 trabalho; dotação orçamentária para o Conselho - discutiu-se a possibilidade  
95 de o conselho ter dotação orçamentária (espaços no orçamento da  
96 Prefeitura), conforme a UNCME. A questão será verificada com o financeiro e  
97 garantida na próxima legislação; Técnico Pedagógico para o Conselho - a  
98 necessidade de uma pessoa a mais para contribuir foi acordada, pois o  
99 Regimento e a Lei Nacional prevêem. A Conselheira Libania foi sugerida para  
100 assumir como Assessora Técnico Pedagógica do Comed; Plano Municipal de  
101 Educação (PME) - um ofício solicitando informações sobre representantes da  
102 SEMEDI e tratativas foi enviado. A SEMEDI respondeu (25/03/2026) que  
103 aguarda indicações de representantes para recomposição do Fórum  
104 Municipal Permanente de Educação. O conselho reiterou a preocupação,

105 considerando a sanção do Novo Plano Nacional de Educação (PNE) e a  
106 necessidade de adequação dos planos decenais. O PME já foi adiado e  
107 precisa ser aprovado este ano. Foi informado que o grupo do Fórum foi  
108 desativado e Michelly (SEMEDI) é a responsável. Será agendada uma reunião  
109 com ela em junho para discutir metodologia e dinâmica. A avaliação do PME  
110 de 2022/2023 não foi finalizada pelo COMED na época, e a prorrogação do  
111 plano foi feita sem avaliação do conselho, o que é questionável. A Secretaria  
112 deve enviar um relatório sobre as metas em seis meses após o período do  
113 Plano. A discussão sobre a avaliação dos estudantes revelou que o município  
114 não realiza avaliação de leitura/alfabetização, sendo esta feita pelo Núcleo  
115 Regional de Educação, levantando questões sobre a submissão do município  
116 à política do Estado e a autonomia do Sistema Municipal de Ensino. PPPs de  
117 Escolas Privadas e Filantrópicas questionou-se por que os PPPs de escolas  
118 particulares (Ensino Fundamental) vão para o Núcleo de Educação, enquanto  
119 a Educação Infantil é com o município. As filantrópicas são tratadas como  
120 escolas particulares para a Educação Infantil, mas recebem verba e merenda  
121 da Prefeitura e seguem o calendário do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da  
122 Educação Nacional (LDB) estabelece que o Sistema Municipal de Ensino  
123 compreende instituições de Ensino Fundamental, Médio e Educação Infantil  
124 mantidas pelo poder público, e instituições de Educação Infantil criadas e  
125 mantidas pela iniciativa privada, mas não o Fundamental privado. Houve um  
126 acordo entre Conselhos (Municipal e Estadual) para que a fiscalização do  
127 Fundamental privado ficasse com o Núcleo, e a necessidade de rever esse  
128 acordo e sua legislação foi levantada. PSS (Processo Seletivo Simplificado):  
129 discutiu-se a dependência dos PSS's para suprir demandas, como a hora  
130 atividade docente. Professores de Educação Física: uma denúncia de que

131 estariam na Saúde recebendo pela Educação foi esclarecida pelo Secretário,  
132 que informou que foram lotados na Secretaria de Saúde e a folha é do  
133 Fundeb, não sendo atribuição do Comed. Acesso a Protocolos: problemas  
134 com o protocolo do Conselho que não chega ao destino correto foram  
135 discutidos, e o Secretário se comprometeu a verificar. A questão de pessoas  
136 que saem de cargos e continuam recebendo documentos também foi  
137 abordada. Um ofício será enviado para perguntar sobre as providências  
138 tomadas em relação aos protocolos. ECA Digital: a Secretaria deve  
139 encaminhar o ECA Digital e suas orientações para todas as escolas. A  
140 preocupação com fotos de crianças em redes sociais das escolas foi  
141 reiterada, e a lei atual pode não permitir autorização de imagem nem pelos  
142 pais, exigindo autorização judicial. Sugeriu-se um ofício circular embasado  
143 no ECA digital e alternativas para o portfólio pedagógico sem exposição de  
144 imagens. Projeto EJA na Escola Nayá Castilho: uma denúncia de falta de  
145 comparecimento de professora foi recebida, e será verificada a validação dos  
146 certificados com Adriana. Kit escolar: kits individuais foram comprados para  
147 todas as modalidades (da Educação Infantil à EJA) e entregues, começando  
148 pelas ilhas e Educação do Campo. Materiais pedagógicos coletivos ainda  
149 estão em processo interno de compra, sendo o segundo ano sem material.  
150 Será enviado um ofício sobre a falta de material pedagógico. Chromebooks:  
151 Questionou-se a não contemplação dos CMEIs, apesar de terem integral. A  
152 verba para escolas em tempo integral foi usada para kits individuais,  
153 chromebooks e jogos que já foram distribuídos. Houve um problema de  
154 duplicidade de kits para alunos do integral, e a secretaria deve gerenciar  
155 quem recebeu para evitar isso. Um ofício será enviado sobre a questão dos  
156 Chromebooks para CMEIs. Em seguida, a reunião abordou a situação de



157 Inglês e Robótica como componentes curriculares, já que a Matriz Curricular  
158 não foi aprovada e tampouco autorizada por este Conselho, o que gerou  
159 preocupações sobre o lançamento de notas e a adequação dos materiais e  
160 formação. Vale lembrar que um ofício foi enviado informando a não  
161 aprovação, impedindo que a questão fosse ao plenário. Há preocupação com  
162 professores lançando notas de Inglês e Robótica, apesar da Matriz não  
163 aprovada, posto que as escolas receberam uma orientação através de Ofício  
164 Circular do Setor Pedagógico da Semedi sobre o lançamento obrigatório de  
165 notas e registro de conteúdos para Robótica e Língua Inglesa no LRCO (Livro  
166 de Registro de Classe Online). A orientação da Secretaria também menciona  
167 que a nota final do estudante deve resultar da somatória de atividades e  
168 avaliação, conforme o PPP, mas foi contestado que isso não está no PPP. O  
169 setor responsável adequou o sistema para registrar apenas frequência, sem  
170 lançamento de notas para esses componentes curriculares. Foi questionada  
171 a existência de formação de professores e a compra de material para esses  
172 componentes sem a Matriz Curricular aprovada, o que foi considerado  
173 inaceitável. O componente curricular Robótica foi questionado como  
174 componente curricular em si, por não se enquadrar em um curso de  
175 graduação de Engenharia ou especificidade. Foi relatado que em alguns  
176 lugares, o material de Robótica recebido é insuficiente. Será marcada uma  
177 reunião com os responsáveis da Secretaria no Conselho para  
178 esclarecimentos sobre essas questões. Discutiu-se também a proposta de  
179 terminalidade na Educação Especial para a Escola Eva Cavani, enfatizando a  
180 necessidade de um diálogo tripartite e a participação da comunidade. Além  
181 disso, foram aprovadas atualizações na Deliberação da Educação Especial e  
182 estabelecido um sistema para acompanhamento dos encaminhamentos do

183 Conselho. A proposta de terminalidade por cronograma para a Escola Eva  
184 Cavani foi considerada interessante pelo Conselho, mas não foi autorizada  
185 para implementação imediata. A orientação para a SEMEDI foi que o debate  
186 sobre a terminalidade não é exclusivo da SEMEDI, mas deve envolver a  
187 Assistência Social e a Saúde. É necessário um segundo movimento de  
188 diálogo com os pais, pois a adesão deles é crucial, e as conversas também  
189 devem incluir a Câmara de Vereadores. A proposta visa amparar o aluno,  
190 vinculando-o à Saúde e Assistência Social, com a Educação atuando como  
191 complementar. A verba dos alunos continuaria sendo a da EJA, e o  
192 atendimento seria por cronograma, determinado pelo grau de  
193 comprometimento. A proposta não desassistiu os alunos, mas reorganiza a  
194 demanda, permitindo que a escola atenda outros alunos e a demanda  
195 represada da APAE. O Conselho não se opôs à proposta, mas exigiu que ela  
196 seguisse um caminho de diálogo e construção com as outras áreas antes de  
197 ser deliberada. A escola precisará modificar seu Projeto Político-Pedagógico  
198 (PPP) para contemplar as premissas do currículo funcional e atendimento por  
199 cronograma. A Deliberação de 17 de dezembro do ano anterior já havia feito  
200 alterações nos artigos 18 e 47, contemplando a previsão de atendimento por  
201 cronograma e a necessidade de revisão anual. A implementação da proposta  
202 para 2026 depende da aprovação em Ata entre a escola e o departamento da  
203 Educação, a ser incluída nos documentos oficiais da escola. A responsável  
204 pela proposta achou que poderia implementar este ano, mas o Conselho  
205 reiterou que o caminho de diálogo e construção deve ser seguido primeiro.  
206 Alterações na Deliberação da Educação Especial: foi solicitada uma  
207 atualização na Deliberação da Educação Especial para adequá-la a uma nova  
208 lei. A proposta inclui no Inciso IV do Art. 41 da Deliberação, em que o

209 profissional de Apoio Escolar deve ter formação inicial de nível médio e  
210 formação profissional específica de, no mínimo, 80h (oitenta horas),  
211 conforme Decreto Federal nº 12.686 de outubro de 2025. Substitui o Inciso II  
212 do Art. 50, estabelecendo que o professor de Atendimento Educacional  
213 Especializado (AEE) deve ter formação inicial para docência e  
214 preferencialmente formação específica para Educação Especial com carga  
215 de, no mínimo, 80h (oitenta horas), conforme o mesmo Decreto. Essas  
216 alterações visam organizar a Deliberação para a lotação de professores. As  
217 alterações foram aprovadas por unanimidade. Acompanhamento de  
218 Encaminhamentos e Documentação: foi decidido que o Conselho manterá  
219 uma pasta com todos os Ofícios e suas respostas, para consulta dos  
220 Conselheiros, visando acompanhar o andamento dos encaminhamentos e  
221 fornecer feedback. Conclusões e próximos passos: foi levantada a questão  
222 dos 45 (quarenta e cinco) dias para o envio de professor de apoio, conforme  
223 PEI e estudo de caso, e a falta de professores de apoio, sugerindo que se não  
224 houver documento que confirme a situação, um encaminhamento ao  
225 Ministério Público pode ser necessário. A primeira conduta será alertar a  
226 Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral sobre a questão do PEI.  
227 Foi feita uma correção sobre o Decreto Federal que estabelece as 80 horas de  
228 formação, indicando que o correto é o Decreto nº 12.773 de 8 de dezembro,  
229 que altera o Decreto nº 12.686. A vereadora informou que terá mais  
230 disponibilidade para as reuniões do Conselho, que serão à tarde, e colocou a  
231 Comissão de Educação da Câmara de Vereadores à disposição. Foi  
232 mencionada a participação futura de uma representante do Ministério  
233 Público. Foi solicitado que as assinaturas para a Deliberação aprovada sejam  
234 coletadas na segunda-feira, aproveitando a reunião do GT da Educação



235 Infantil. Nada mais havendo a registrar, eu, Ana Cristina de Campos Martins,  
236 Secretária Geral do COMED, lavro a presente Ata que vai assinada por  
237 mim, pela Vice-Presidente e demais Conselheiros durante a 3ª (terceira)  
238 Reunião Ordinária em onze de junho de dois mil e vinte e  
239 seis. *Ed. Amigal*; *Andréa C. Paiva*, *[assinatura]*;

10

240 *Leivania Silva Rodryg, Gomes*  
241 \_\_\_\_\_  
242 \_\_\_\_\_  
243 \_\_\_\_\_  
244 \_\_\_\_\_  
245 \_\_\_\_\_  
246 \_\_\_\_\_